Ano 14 | **Número 144** | Julho de 2017

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Crise econômica reduz contratos de aprendizagem profissional

Sistema de trabalho é considerado pelo Banco Mundial como fundamental para a redução do desemprego, da pobreza e da criminalidade entre os jovens

NOVO COORDENADOR DA UNECS DEFENDE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARAS AS FAMÍLIAS

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2016/2018

PRESIDENTE
George Teixeira Pinheiro (AC)

1º VICE-PRESIDENTE
Jésus Mendes Costa (RJ)

VICE-PRESIDENTES
Alencar Burti (SP)
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)
Ernesto João Reck (SC)
Francisco de Assis Silva (DF)
Guido Bresolin (PR)
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)
Jussara Pereira Barbosa (PE)
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Rainer Zielasko (PR)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR FINANCEIRO
Jonas Alves de Souza (MT)

CONSELHO FISCAL TITULAR
Amarildo Selva Lovato (ES)
Valdemar Pinheiro (AM)
Wladimir Alves Torres (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Domingos Sousa Silva Júnior (MA)
Ubiratan Silva Lopes (GO)
Pedro José (TO)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Fernando Fagundes Milagre

SUPERINTENDENTE DA CACB
Juliana Kämpf

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DA CBMAE
Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
fróes, berlato associadas

COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: Celestino Bentes de Oliveira
Avenida Ceará, 2351 - Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco - CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 467 - Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió - CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua Eliéser Levy, 1122 - Bairro Centro
Cidade: Macapá - CEP: 68.900-083

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro
Bairro: Centro - Cidade: Manaus - CEP: 69.020-210

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio - Cidade: Salvador - CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 - Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza - CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Manoel Valdeci Machado Elias
Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de Indústria Bernardo Sayão
Cidade: Núcleo Bandeirante/DF - CEP: 71735-167

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713, 7° andar - Bairro: Enseada do Suá - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista - Cidade: Goiânia - CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco - Cidade: São Luís
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte - Cidade: Cuiabá - CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior
Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados
Cidade: Campo Grande - CEP: 79021-210

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Av. Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro - Cidade: Belo Horizonte - CEP: 30.130-003

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa
Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203
Bairro: Campina - Cidade: Belém - CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo - Cidade: Campina Grande - CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Marco Tadeu Barbosa
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro - Cidade: Curitiba - CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jaime Espósito de Lima Filho
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife - Cidade: Recife - CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina - CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - CEP: 20.091-007

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 - Bairro: Ribeira
Cidade: Natal - CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Simone Leite
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre - CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanato
Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade
Cidade: Porto Velho - CEP: 76.803-892

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro - Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Alencar Burti
Rua Boa Vista 51 - 5º andar - Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-911

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Fabiano Roberto Matos do Vale Filho
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro - Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

A importância das políticas públicas para estancar o desemprego

Ganham valor as políticas públicas de estímulos ao mercado de trabalho em razão do recorde de quase 14 milhões de desempregados no país. Além do fomento ao empreendedorismo, as políticas públicas de estímulos ao mercado de trabalho são cada vez mais importantes. Uma das mais bem-sucedidas formulações nesse sentido foi a criação da figura da aprendizagem, que adveio originalmente do Decreto nº. 13.064, de 12 de junho de 1918.

Após um vácuo de quase um século, em 19 de dezembro de 2000 foi instituída a Lei do Aprendiz como ficou conhecida, a qual vem sendo aperfeiçoada pelo governo. A matéria de capa desta edição de Empresa Brasil trata justamente da Lei do Aprendiz por meio da qual, segundo os últimos dados, entre 30 mil e 40 mil jovens conseguiram, a cada ano, entrar no mundo do trabalho através desta modalidade de contratação nos últimos cinco anos no Brasil.

Estimular o ingresso no mercado de trabalho por meio de programas de aprendizagem é hoje a melhor alternativa não só para enfrentar as altas taxas de desemprego no Brasil, mas também para a redução da pobreza e da criminalidade.

Além do assunto mencionado, a presente edição traz uma entrevista com o novo coordenador da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), Honório Pinheiro, que toca em um assunto de extrema relevância como a necessidade de se estimular a educação financeira das famílias. Além das pessoas aprenderem a consumir de forma consciente, é importante saber se comportar diante de dívidas e financiamentos e entender as vantagens de planejar para acompanhar o orçamento pessoal e familiar.

Muitas vezes, não há conhecimento da importância de se estabelecer uma reserva financeira, tanto para concretizar sonhos e realizar projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados. Mais do que isso: trata-se de um caminho eficaz para o planejamento da educação dos filhos e da própria aposentadoria.

George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

Foto: João Alvarez/Agência Sebrae

Foto: Divulgação

Foto: Benoit Colin / WRI Brasil Ross Center

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
A importância das políticas públicas para estancar o desemprego

5 PELO BRASIL
CACB inicia organização do Fórum 2017.

8 MATÉRIA DE CAPA
Aprendizagem pode ser um caminho para reduzir pobreza e criminalidade.

12 MEI
Brasil registra ingresso no mercado de 1 milhão de MEIs por ano.

14 ENTREVISTA
Novo coordenador da Unecs defende a disseminação da educação financeira nas famílias.

16 CBMAE
Mediação é o melhor caminho para evitar litígios.

18 RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CACB assina convênios com entidades europeias.

20 COMÉRCIO
Lei permite redução de custos para consumidores e lojistas.

22 CONJUNTURA
Governo admite aumento de impostos para reforçar arrecadação.

24 EMPREENDER
CACB estimula empresários a desenvolver projetos para o AL-Invest 5.0.

28 MPEs
Juntas Comerciais facilitam ambiente de negócios.

30 LIVRO
Avanço na infraestrutura do país depende do setor privado.

31 ARTIGO
Walter Lídio Nunes escreve sobre as tendências da tecnologia.

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Foto da capa: Divulgação Projeto Pescar/ Vicunha Têxtil
Revisão: Press Revisão
Colaboradores: Katiuscia Sotomayor, Flávia Almeida Cruz, Nathalia Pessel Leite, Erick Arruda e Felipe Menezes.
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

CACB e Faciap preparam Congresso e Fórum para outubro

Foto: CACB

Comissão organizadora do Fórum alinha programação

O 4º Fórum CACB Mil será realizado nos dias 17 a 20 de outubro, em Foz do Iguaçu. Uma comissão organizadora formada pela CACB e Faciap prepara o programa e os detalhes do evento, que será realizado em conjunto com o Congresso Empresarial e XXVII Convenção Faciap.

O Recanto Cataratas Thermas Resort & Convention será o palco das discussões empresariais do encontro, que reunirá mais de 1500 líderes e empresários de todo país. Já definidos, na programação, três eventos paralelos: o Encontro Internacional AL-Invest 5.0 e Empreender CACB; a reunião da União de Exportadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – UE-CPLP e a reunião do Conselho Diretor da CACB.

O 4º Fórum CACB Mil é itinerante. Começou em Brasília, depois Florianópolis e o último foi realizado no Rio de Janeiro, sempre em conjunto com a Federação local. Os participantes poderão compartilhar informações, trocar experiências e ampliar suas redes e contatos, além de receberem informações dos palestrantes sobre conjuntura e perspectivas.

Novo portal do Sebrae/RS conta com novidades em oferta de serviços online

Conectado às transformações da tecnologia digital, o Sebrae/RS estreou no mês de junho seu novo portal na internet. Além das informações institucionais e das notícias que construíram uma tradição de credibilidade, agora, as oportunidades em conteúdo diferenciado são as estrelas dos cliques disponíveis para empresários já estabelecidos e também para pessoas que desejam ter seu próprio negócio.

Entre as principais novidades do site, estão as páginas específicas sobre 20 segmentos estratégicos para a economia do Rio Grande do Sul. Os cursos online, assim como as palestras, as consultorias e o atendimento geral são oferecidos acompanhados de uma nova grade de Ensino a Distância (EAD) já ofertada pelo Sebrae em nível nacional.

Mesmo com as facilidades digitais, o Sebrae/RS mantém escritórios em 25 cidades de todas as regiões gaúchas, além da Central de Relacionamento, pelo telefone gratuito 0800 570 800, chat, e-mail e também as redes sociais.

Mestre cervejeiro campeão mundial estará na FERSUL 2017

Foto: Divulgação/Acirs

José Felipe Carneiro

O mestre cervejeiro José Felipe Carneiro será um dos palestrantes da 11ª Feira Multissetorial do Alto Vale do Itajaí. Cofundador da cervejaria Wäls ao lado de seu irmão, Tiago Carneiro, José Felipe sempre se envolveu com o marketing das empresas da família e surpreendeu a todos quando se revelou também um talentoso e criativo mestre cervejeiro, conquistando reconhecimento internacional, tanto pelas suas cervejas como pelo negócio.

Suas receitas de cerveja foram premiadas no Concurso Brasileiro de Cerveja (2013 a 2016), South Beer Cup (2012 a 2015), Mundial de La Bierre (2013 e 2015), World Beer Awards Inglaterra (2015) e World Beer Cup USA (2014).

A palestra Fermentando Sonhos, com José Felipe Carneiro, será no dia 19 de agosto, às 15h.

Realizada pela Associação Empresarial de Rio do Sul (Acirs), a feira tem o apoio da Facisc, da Prefeitura de Rio do Sul e conta com apoio técnico do Sebrae/SC.

Cartão da Federaminas injeta R$ 750 mi em crédito no mercado

Foto: Divulgação

A Federaminas acaba de lançar um cartão ACE-Federaminas, por meio do qual pretende injetar no mercado cerca de R$ 750 milhões em crédito no espaço de 18 meses. A nova ferramenta, instituída em parceria com a Brasil Card, é voltada para o atendimento à camada de baixa renda da população, classes C e D, e está sendo operacionalizada através do sistema das associações comerciais do estado (ACEs), constituído de mais de 300 entidades de municípios localizados em todas as regiões mineiras.

O cartão tem como diferencial a liberação automática de R$ 250 em crédito. Esse limite aumenta à medida que se desenvolve o relacionamento do cliente sem inadimplência. Após o pagamento da primeira fatura, de imediato o teto passa para R$ 400 e cresce gradativamente até R$ 1,3 mil, sem necessidade de comprovação de renda e endereço pelo consumidor.

Para estimular a promoção das vendas, as associações comerciais são beneficiadas com premiações por metas.

Anuncie na revista digital

Empresa Brasil

Você se comunicará com 27 federações empresariais
e 2.300 associações comerciais de todo o país.

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Empresa Brasil é o órgão institucional da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), uma instituição com mais de 200 anos de história.

Entre em contato com nossa equipe e anuncie.
Telefone: (61) 3321-1311

Foto: Banrisul/Divulgação

Banrisul foi a primeira instituição pública financeira a implantar o Projeto Pescar do Jovem Aprendiz

Investir no aprendiz contribui **para reduzir o desemprego**

De acordo com a legislação, as empresas de médio e grande porte devem contratar um número de aprendizes equivalente a um índice de 5% a 15% do quadro de trabalhadores

"Aprendi que sempre podemos fazer mais, pela sociedade, pelo meio ambiente, por nós mesmos. Que nossas atitudes definem nosso futuro", diz Débora Rodrigues Silva, escriturária do Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) e estudante de Administração.

Hoje com 24 anos de idade, Débora é egressa do Projeto Pescar, de Porto Alegre, onde entrou com 19 anos após ser selecionada por uma das mais antigas instituições do país voltada para a integração de jovens de famílias carentes ao mundo do trabalho.

Assim como Débora, centenas de milhares de jovens que poderiam seguir caminhos menos recomendáveis estão hoje em plena busca de seus sonhos, ou seja, formar-se em uma faculdade,

seguir uma carreira e, por que não, da casa própria.

"Estimular o ingresso no mercado de trabalho por meio de programas de aprendizagem é hoje a melhor alternativa não só para enfrentar as altas taxas de desemprego no país, mas também para a redução da pobreza e da criminalidade", diz Higino Brito Vieira, diretor do Departamento de Políticas de Empregabilidade, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foto: Fundação Projeto Pescar

Débora Rodrigues Silva, escriturária do Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) e estudante de Administração

CRISE AFETA CONTRATAÇÕES

Dados da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) revelam que, em função da crise econômica do país, houve uma leve redução no número de contratações de aprendizes no primeiro quadrimestre do ano, no programa de Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho do governo federal. Foram registrados 143.372 novos contratos de aprendizagem, em comparação a 145,09 mil de igual período do ao anterior.

No entanto, Vieira explica que a tendência é de crescimento nos próximos quadrimestres, na medida em que a economia começa a dar sinais de recuperação e os auditores fiscais do trabalho vêm atuando diariamente para expansão desses números. No ano passado, ao todo foram registrados 388 mil contratos de aprendizagem no país. "Estamos otimistas em relação aos números deste ano que devem superar a 400 mil", avalia Vieira.

Foto: Ministério do Trabalho e Emprego/Divulgação

Higino Brito Vieira: "Tendência é de crescimento no número de contratações nos próximos meses"

COTAS PREENCHEM APENAS 40% DO POTENCIAL

Atualmente, existe uma lacuna perto de 60% entre o número de aprendizes que estão sendo contratados e o potencial mínimo estabelecido pela legislação.

"É preciso incentivar o diálogo com o empregador no sentido de incentivar essas contratações que, muitas vezes, são interpretadas como custo e não como investimen-

to. O fato é que, ao contratar um aprendiz, o empresário passa a moldar uma mão de obra qualificada," acrescenta.

No ano de 2016 foram lavrados 7.877 autos de infração referentes ao descumprimento da legislação que trata da aprendizagem. Conforme a lei, os infratores ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário mínimo.

Os números dos quatro primeiros meses foram puxados pelos setores de indústria de transformação, com 43,75 mil contratos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, que empregou 32,59 mil aprendizes; saúde humana e serviços sociais, com 15,54 mil; e outras atividades de serviços, com 11,66 mil jovens aprendizes. Juntas, essas quatro áreas responderam por 103,54 mil contratações, mais de 72% do total.

Entre os estados, o maior número de contratações de aprendizes até abril ocorreu em São Paulo, que registrou 37,62 mil contratos, seguido por Minas Gerais (17,70 mil), Rio Grande do Sul (12,98 mil), Santa Catarina (12,15 mil) e Rio de Janeiro (10,38 mil).

Foto: Fundação Projeto Pescar

Ao contratar um aprendiz, o empresário passa a moldar uma mão de obra qualificada

O QUE DIZ A LEI

A Lei da Aprendizagem proíbe totalmente o trabalho no Brasil antes dos 16 anos, a não ser na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Pela lei, as empresas de médio e grande porte devem contratar um número de aprendizes equivalente a um índice de 5% a 15% do quadro de trabalhadores, em funções que demandem formação profissional.

Atualmente, existe uma lacuna perto de 60% entre o número de aprendizes que estão sendo contratados e o potencial mínimo estabelecido pela legislação

Perto de 40 mil jovens ingressam no mercado a cada ano

Foto: Divulgação / Jovem Aprendiz

Maioria dos jovens aprendizes é contratada pela indústria

Paulo Vieira, gerente regional do Espro (Ensino Social Profissionalizante), uma das mais antigas instituições voltada para o jovem aprendiz, relata que, de acordo com informações contidas na última RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, entre 30 mil e 40 mil jovens conseguiram, a cada ano, entrar no mundo do trabalho por meio desta modalidade de contratação nos últimos cinco anos no Brasil.

Desde a publicação do decreto 5.598, de 2005, até dezembro de 2015, foi admitido nesta modalidade de contratação um total de mais de 2,5 milhões de Jovens Aprendizes no Brasil.

Atualmente, a Espro atua com cerca de 2.100 empresas parceiras pelo Brasil que estão inseridas no Programa de Socioaprendizagem. A maioria, perto de 25%, é de indústrias, seguido pelos segmentos de serviços, comércio, construção civil, além de órgãos públicos.

PROJETO PESCAR

"Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, irás alimentá-lo toda a vida." Foi inspirada nessa frase do filósofo chinês Lao-Tsé que, 41 anos atrás, o empresário Geraldo Linck criou o Projeto Pescar voltado para a formação de jovens em situação de vulnerabilidade social e para a sua integração ao mundo do trabalho. No histórico da organização constam 29.102 jovens formados.

CIEE-RS

O gerente de Operações do CIEE-RS, Lucas Baldisserotto, informou que a instituição já ultrapassou a marca dos 7 mil aprendizes. A participação do CIEE tanto no total de aprendizes ativos no estado quanto nas novas contratações fica em torno de 20%, de acordo com dados da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) até abril. O Programa Aprendiz Legal do CIEE-RS existe desde 2007 e foi implantado em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Foto: João Alvarez/Agência Sebrae

O processo de formalização é rápido e desburocratizado

Brasil registra ingresso no mercado **de 1 milhão de MEIs por ano**

De acordo com pesquisas, a cada quatro CNPJs criados em março, três foram de MEI; número total já ultrapassa os 7 milhões e a maioria é de mulheres

O programa que regulariza a situação dos microempreendedores individuais (MEI) no Brasil tem registrado um crescimento gradual ao longo dos oito anos de existência. Com 1.256 microempreendedores divididos em quatro estados brasileiros durante os primeiros doze meses do programa, o MEI foi criado para legalizar o trabalho informal dos pequenos e médios empreendedores.

Hoje, o projeto conta com 7.229.432 inscritos no total, servindo de parâmetro para o crescimento do empreendedorismo no país e nos estados. De acordo com números divulgados pelo Portal do Empreendedor, até maio de 2017, o Brasil já tinha ultrapassado em 1 milhão de novos membros, quando comparado ao mesmo período de 2016. Esse dado reforça, segundo o presidente do Sebrae, Guilherme Afif

Domingos, que "milhões de trabalhadores autônomos, como cabeleireiros, pedreiros, entre outros, que estavam na irregularidade agora possuem um CNPJ e direitos a benefícios previdenciários, como aposentadoria e licença-maternidade".

Uma pesquisa realizada pelo Sebrae em 2015 apontou que 16% dos MEIs inscritos até aquele momento eram trabalhadores informais antes da existência de uma legislação. "Os brasileiros empreendiam, mas tinham medo de abrir uma empresa ou não acreditavam na viabilidade do negócio e, nesse aspecto, os mais de sete milhões de MEIs formalizados no Brasil comprovam o efeito que a lei trouxe para a economia brasileira", comemora Afif.

Apesar disso, conforme outro estudo realizado sobre os empresários, potenciais empreendedores e produtores rurais, hoje, no Brasil, existem ainda quase 14 milhões de pessoas que possuem um negócio, e que ainda não se formalizaram.

"O processo de formalização é rápido e desburocratizado. Também estamos trabalhando com o governo federal para reformular o Portal do Empreendedor, e, consequentemente, facilitar ainda mais a vida do MEI", defendeu.

Outros 45% dos MEIs trabalhavam, antes da formalização, como empregados com carteira assinada. Isso também reflete o contexto de crise no país, que aumentou a taxa de desemprego, atingindo 14 milhões de pessoas em março deste ano. Com quase 3% a mais do que no mesmo período do ano anterior, os brasileiros buscaram como alternativa o empreendedorismo. De acordo com pesquisas, a cada 4 CNPJs criados em março, 3 foram de MEI.

A expectativa do Sebrae, responsável pelo Portal do Empreendedor, é de que esse valor continue crescendo substancialmente e de que, no próximo ano, o teto de faturamento do programa passe para R$ 81 mil, ao invés dos R$ 60 mil atuais. Além desse valor máximo como receita, para ser considerado um microempreendedor individual, o empresário não pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

"Os mais de sete milhões de MEIs formalizados no Brasil comprovam o efeito que a lei trouxe para a economia"
Guilherme Afif Domingos

Novo coordenador da Unecs defende a disseminação da **educação financeira nas famílias**

Honório Pinheiro, presidente da CNDL, assumiu a coordenação da entidade em substituição a Fernando Yamada

Foto: Divulgação

Eleito recentemente para coordenar a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), Honório Pinheiro ficará à frente da entidade por um ano, mandato que pode ser renovado por mais 12 meses. Pinheiro é presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), uma das entidades que formam a Unecs.

Em entrevista exclusiva à Empresa Brasil, o coordenador destaca a importância das reformas para o setor de comércio e serviços, cita a importância da educação financeira nas famílias visando à diminuição da inadimplência e afirma que o país precisa melhorar os seus fatores de competitividade sistêmicos, para gerar um ambiente favorável a investimentos que gerem emprego e renda.

Quais são as suas principais prioridades?

As principais prioridades da Unecs são uma melhor regulamentação dos meios de pagamento, um trâmite célere das modernizações trabalhista e previdenciária, além de uma reforma tributária baseada na simplificação. Outros pleitos importantes da Unecs são uma política de financiamento dos investimentos produtivos privados, o plano diretor dos municípios e o enxugamento da máquina pública e desburocratização do Estado.

Quais são os temas mais urgentes no setor?

A aprovação da reforma trabalhista no Senado Federal e posterior sanção presidencial da matéria é uma demanda bastante urgente não só no setor de comércio e serviços, que responde por 15% do PIB nacional e pela geração de 2 milhões de empregos diretos, mas para a economia doméstica e para a construção de relações e contrato de trabalho mais flexíveis entre empregados e empregadores.

Em sua opinião, a partir de quando os efeitos da lei do trabalho intermitente e da terceirização começarão a aparecer em termos de geração de empregos?

Desde a sanção do Projeto de Lei nº 4.302/98, que versa sobre a terceirização, no dia 31/04, que a lei já está vigorando. Desde então, já tivemos alguns avanços na retomada de empregos. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) registrou a abertura de 59,856 empregos formais em abril e de 34.253 novos postos de trabalho em maio. Dessas vagas registradas em maio, 1.989 foram no setor de serviços.

Por que não pegou a lei do Cadastro Positivo?

A lei do Cadastro Positivo foi implantada em diversos países. Lá, o modelo implantado foi o opt-out, o que significa que todos serão incluídos no cadastro. Se você não quiser fazer parte, você opta em sair, daí o nome *opt-out*. Aqui no Brasil, o modelo criado no formato *opt-in*, ou seja, para inserir o nome de uma pessoa no cadastro é preciso perguntar para ela se quer fazer parte do cadastro. Portanto, nesse formato será difícil operacionalizar.

Como a entidade pode contribuir no sentido de reduzir a inadimplência das famílias no comércio?

Cabe a todas as entidades de classe, empresariais e patronais criarem programas para que possam disseminar a educação financeira nas famílias. Essa é uma maneira de evitar que daqui a pouco haja um colapso na capacidade de consumir das pessoas. Então é preciso que as entidades coloquem como prioridade a questão relativa à educação e financiamento das famílias para que elas possam tomar decisões de consumo mais responsáveis e menos emotivas.

"A aprovação da reforma trabalhista é uma demanda urgente não só no setor de comércio e serviços, mas para a economia doméstica e para a construção de relações e contratos de trabalho mais flexíveis entre empregados e empregadores"

UNECS
UNIÃO NACIONAL DE ENTIDADES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Mudança na cultura jurídica é **promissora para a arbitragem**

Para o advogado Flávio Gouvêa, especialista na matéria, no futuro todos os conflitos decorrentes de uma relação contratual serão resolvidos dessa forma

Foto: Divulgação/Arquivo Pessoal

Flávio de Freitas Gouvêa Neto, advogado e mediador de conflitos do escritório Freitas Gouvea - Advocacia e Mediação e Membro da Comissão Especial de Mediação da OAB/SP, em entrevista à Empresa Brasil, defende o incentivo à adoção de cláusulas de arbitragem nos contratos comerciais, como um dos caminhos para o crescimento do uso da arbitragem no país.

Em sua opinião, a criação de entidades e de Câmaras de Arbitragem independentes também exerce um papel importante na disseminação dessa cultura. "A mediação é o melhor caminho para o tratamento de qualquer disputa e deve ser sempre a primeira opção depois de uma negociação infrutífera. É um procedimento fácil de ser entendido pelos interessados, tem um custo baixo e tempo curto", afirma Gouvêa. Acompanhe:

Até onde a arbitragem poderá exercer suas funções?

A arbitragem pode e deve ser usada sempre que ocorra alguma disputa que envolva direitos disponíveis, exceto em alguns casos, como os de conflitos de consumo ou trabalhista, e que estão vetados na Lei de Arbitragem. Nas questões trabalhistas, ambientais e consumeristas, a solução pode estar na criação de um órgão de árbitros públicos, assim como existe na Espanha, e seria uma forma de criar procedimentos estatais de resolução de disputas mais céleres para os casos em que ainda não se admite a possibilidade da arbitragem privada.

Como se deve agir quanto à prevenção de conflitos?

A arbitragem pode ser feita por meio do Compliance, com base em uma análise das atividades da organização e de seus colaboradores, visando evitar que seus colaboradores e representantes desrespeitem a legislação. Não basta só verificar se a organização está cumprindo as normas e a legislação, também é necessário conhecer de que forma a atividade empresarial impacta a realidade e quais os conflitos que ela gera de fato. Agindo nesse viés, as empresas conseguirão diminuir e evitar os litígios de sua atividade.

Quais são os princípios que devem ser adotados na implantação da arbitragem e mediação, no contexto do Compliance?

Compliance e arbitragem não necessariamente são institutos relacionados. O primeiro método tem evoluído no Brasil, num primeiro momento, em razão das multinacionais, cujas matrizes estão sujeitas a rígidas leis anticorrupção em seus países de origem. Em um olhar global, não basta apenas verificar se a empresa está ou não cumprindo suas obrigações, conforme o regramento atual, bem como as leis que regem o negócio. Para isso, o estudo e o levantamento dos principais focos de conflitos são muito importantes. Mediação e Compliance se completam e devem sempre interagir dentro dos processos de gestão. A comunicação entre os responsáveis pelo Compliance e a gestão de conflitos deve ser essencial para a eficiência de um departamento jurídico de uma empresa.

"A arbitragem pode e deve ser usada sempre que ocorra alguma disputa que envolva direitos disponíveis, exceto em alguns casos, como os de conflitos de consumo ou trabalhista, e que estão vetados na Lei de Arbitragem."

Qual é a perspectiva para o futuro da mediação, como organismo de soluções conflituosas?

Apesar de já estar regulamentada no Brasil há duas décadas, a arbitragem ainda é um processo de solução de conflitos pouco utilizado no país. Um dos caminhos para o crescimento do uso da arbitragem é por meio do incentivo à adoção de cláusulas de arbitragem nos contratos comerciais. No mesmo sentido, a mediação também pode ser beneficiada com isto, pois também é possível estabelecer cláusulas denominadas "escalonadas", nas quais o conflito deve ser primeiro objeto de mediação e caso não haja uma solução é submetido à arbitragem, evitando assim a judicialização. Eu acredito que no futuro todos os conflitos decorrentes de uma relação contratual serão resolvidos desta forma. A criação de entidades e Câmaras de Arbitragem independentes e especializadas pode gerar a confiança necessária para o crescimento nos próximos anos.

CACB assina convênios com **entidades europeias**

Em viagem a Portugal e França, presidente da CACB manteve conversações com lideranças empresariais locais

Foto: Divulgação

Salimo Abdula, presidente da CE-CPLP, George Pinheiro e Luís Amado, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal

A assinatura de um protocolo de colaboração entre a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e a Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria (AEP) foi uma das ações que marcaram a passagem do presidente da CACB, George Pinheiro, pela Europa, no mês passado. Pinheiro visitou entidades voltadas para o comércio e serviços, discutiu o cenário político e econômico brasileiro e esteve na sede da ICC World Chambers Federation.

O protocolo assinado com a AEP inclui os serviços da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), com o intuito de atender aos interesses dos empresários brasileiros e portugueses. No encontro com o presidente da AEP, Paulo Nunes de Almeida, e a diretora da AEP Internacionalização, Monica Moreira, o presidente da CACB convidou a entidade para vir ao Brasil, liderando uma comitiva de empresários portugueses, para participar do 4º Fórum CACB Mil, que será realizado em outubro, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Em outro momento, o presidente da CACB participou de um café da manhã de negócios, promovido pela União de Exportadores da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (UE-CPLP), em Vila Real, Portugal, onde se falou sobre o mercado de negócios dos países de abrangência da CPLP. O presidente da UE-CPLP, Mário Costa, acompanhou George Pinheiro durante toda sua agenda na Europa.

CE-CPLP

O presidente da CACB se reuniu com a diretoria e participou da Assembleia Geral da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), ao lado do presidente da entidade, Salimo Abdula.

Durante a Assembleia, George Pinheiro apresentou a CACB e os serviços oferecidos pela entidade brasileira aos seus associados. O serviço de certificação digital teve destaque.

No encontro com o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, George Pinheiro entregou um folder da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), da qual a CACB faz parte, e que tem como objetivo ser uma voz única para os setores de comércio e serviços, constituindo-se em um interlocutor de peso em todas as instâncias em que a representatividade desses setores se faça necessária.

VISITA À FRANÇA

Em Paris, o presidente da CACB foi recebido pelo diretor Anthony Parkes, e pela project manager da ICC, Stéphanie Vieilledent. A pauta do encontro foi o 10º World Chambers Congress (WCC), que será realizado em Sydney, na Austrália, no mês de setembro próximo, assim como os preparativos para o 11º WCC, que acontecerá no Rio de Janeiro, em 2019.

Ainda em Paris, Pinheiro esteve com o presidente da Comissão Esporte e Cultura do Conselho Geral do Hauts-de-Seine. Na pauta, projetos de investimentos cruzados entre a entidade francesa, Brasil e Portugal. As missões comerciais também entraram no debate, a partir da aproximação da CACB com a CPLP.

Com o presidente Luís Amado e diretor executivo da Câmara de Comércio França-Brasil, Ricardo Simões, foram abordados possíveis convênios a serem assinados entre as entidades. "Este é um universo muito grande para troca de experiências, promoção de negócios e parcerias entre as entidades empresariais", informou Pinheiro.

O encontro do presidente da CACB com o secretário-geral, David Biroste, e diretor-geral do Conselho Regional da Île-de-France, Jacques Beltran, – região que representa cerca de 30% do Produto Interno Bruto do país e abriga a maior comunidade lusófona da França – discutiu acordos bilaterais e trilaterais entre a região e a CACB.

XIX WIL

George Pinheiro participou da sessão de apresentação do Fórum Econômico Women in Leadership (WIL), no Palácio de Penafiel, sede da UE-CPLP, com a presença da Secretária Executiva da CPLP, Maria do Céu Silveira.

O XIX Fórum Econômico Global Women In Leadership (WIL), que será realizado em Dubai, nos dias 25 e 26 de outubro deste ano, reunirá até 600 homens e mulheres líderes empresariais, políticos e globais, bem como jovens profissionais e empresários, para discutir o desafio da diversidade, compartilhar experiências e produzir estratégias acionáveis para lutar pelo empoderamento econômico das mulheres.

Foto: Paulo Negreiros

"Quando o varejo vai bem, todos os setores da economia também vão", disse Honório Pinheiro, durante a cerimônia de sanção da lei

Lei permite redução de custos **para consumidores e lojistas**

Sancionada pelo presidente Michel Temer, medida pode estimular aumento nas vendas e nos postos de trabalho

Apesar de já ser uma prática comum entre comerciantes, somente agora a permissão para cobrar diferentes preços para pagamentos em dinheiro ou em cartão de crédito e débito foi autorizada pelo governo federal. A iniciativa faz parte de um pacote de medidas microeconômicas para aumentar a produtividade do país.

A Medida Provisória 764/2016, sancionada no fim de junho pelo presidente Michel Temer, permitirá ao comerciante cobrar diferentes preços pelo mesmo produto, de acordo com a forma e o prazo de pagamento, desde que ele informe ao consumidor, de modo explícito, os descontos e condições de cada oferta. A lei deve trazer segurança jurídica para o comércio, justiça social para o consumidor e aquecer o setor varejista.

"Quando eu dou ao meu cliente a possibilidade de pagar à vista e com desconto, eu vou vender mais e ainda terei uma redução de custos, pois não precisarei pagar nada à operadora do cartão", disse George Pinheiro, presidente da CACB.

A sanção da lei representa uma vitória de uma justa reivindicação que tinha mais de dez anos e que beneficia toda a sociedade, de acordo com Honório Pinheiro, presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e coordenador da União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (Unecs). Para ele, a medida incentiva a concorrência e cria benefícios para o consumidor e para o mercado, que, ao diminuir custos, pode elevar a oferta de postos de trabalho. "A melhor forma de desenvolver a economia é gerar empregos e fortalecer as empresas, e os empreendedores são o maior vetor de oportunidade para que as pessoas tenham uma vida digna. Quando o varejo vai bem, todos os setores da economia também vão", destacou.

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, destacou que a medida tem um efeito positivo na distribuição de renda, já que famílias que usam menos o cartão de crédito deixam de transferir recursos àquelas que fazem mais uso deste meio. "A diferenciação dá incentivos corretos para que o consumidor escolha o meio de pagamento de sua preferência, sem desestimular nenhum dos meios", afirmou.

Para o ministro, a diferenciação dos preços irá tornar o ambiente regulatório mais transparente e evitará repasse de custos aos consumidores. "O principal objetivo é aumentar a eficiência econômica dos meios de pagamento e tornar o ambiente econômico regulatório mais transparente e competitivo", disse.

O presidente da República, Michel Temer, seguiu Meirelles e destacou que esta é também uma medida de justiça social, "afinal, aqueles que não têm cartão de crédito pagavam mais do que deveriam, ou precisavam. Mas não porque o real valor do produto fosse mais alto, mas para que aqueles que tivessem cartão pudessem se utilizar deste meio de pagamento".

Temer reiterou ainda que a MP deve estimular, inclusive, a concorrência entre as operadoras de cartão, pois dará aos lojistas a possibilidade de reclamar custos mais competitivos, visando também ao estímulo aos consumidores que continuarem optando pelo cartão. "Ao invés de impor amarras, damos liberdade. Afinal, cada indivíduo sabe o que é melhor para si", afirmou.

Foto: Arquivo Pessoal

"Se quiser pagar menos, (o consumidor) poderá considerar pagar à vista na próxima compra", afirma Marco Tebaldi, relator da MP.

Governo admite aumento de impostos para **reforçar arrecadação**

Problema fiscal sob a iminência de agravar-se é o que mais preocupa o governo; em 2019, o país completará o sexto ano consecutivo de déficit

Foto: Câmara dos Deputados

Ministro Dyogo Oliveira: "Situação fiscal é gravíssima"

A eclosão da crise política justamente em um momento em que a economia começava a apresentar os sinais de reação abalou fortemente os índices de confiança empresarial em junho. Mesmo com as boas notícias referentes à queda da inflação e da taxa Selic, recrudesceu a incerteza sobre a viabilidade da meta fiscal e do ajuste fiscal de longo prazo. Portanto, para impedir uma deterioração ainda mais forte das expectativas, é fundamental o cumprimento da meta fiscal neste ano, segundo observa a Carta de Conjuntura do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A arrecadação de tributos federais encolheu 0,96% em maio, na comparação com o mesmo período de 2016, ficando abaixo da expectativa do mercado e elevando as incertezas sobre a capacidade do governo de cumprir a meta fiscal deste ano, que prevê um rombo nas contas da União de até R$ 139 bilhões.

O volume de tributos recolhidos em maio somou R$ 97,7 bilhões, o pior patamar para o mês desde os R$ 97,5 bilhões de 2010, de acordo com dados da Receita Federal.

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, não descartou a possibilidade de aumento de impostos para reforçar a arrecadação. Afirmou que a "a situação fiscal do país continua gravíssima"

e avisou que, em 2019, o país completará o sexto ano consecutivo de déficit. O ministro admitiu ainda que o governo pode revisar para baixo a estimativa de crescimento da economia neste ano e no próximo.

AJUSTE LENTO

A recuperação mais forte do consumo tem esbarrado em uma dinâmica de ajuste lento do mercado de trabalho e na recomposição ainda incipiente do crédito – tanto pelo lado da oferta, em que prevalece postura cautelosa por parte das instituições financeiras, quanto pelo lado da demanda, também caracterizada pela cautela e pela redução do endividamento por parte das famílias e empresas.

Em síntese, a inflação, a economia internacional e as contas externas seguem em trajetórias benignas, que ajudam a melhorar o ambiente macroeconômico brasileiro. O fator que claramente inibe uma retomada cíclica mais vigorosa é o problema fiscal.

RETOMADA

No cenário apresentado pelo Ipea, supõe-se que as turbulências políticas afetem negativamente o ritmo de retomada econômica, mas não impeçam a continuidade deste processo. Sob esta hipótese, a atividade mantém a trajetória de retomada gradual, levando o PIB a crescer moderadamente em 2017 (0,3%) e de forma um pouco mais rápida em 2018 (2,3%). O crescimento em 2017 é explicado predominantemente pelo setor agropecuário sob a ótica da oferta, e por exportações líquidas e acumulação de estoques, sob a ótica da demanda. Em 2018, o crescimento se distribui de forma bastante homogênea entre os setores produtivos e entre os componentes da demanda.

No que se refere à trajetória da inflação, espera-se uma taxa de 3,5% em 2017 e de 4,3% em 2018. A moderada aceleração da inflação em 2018 é compatível com a redução esperada da taxa Selic para 8,5% a.a. ao final do ano corrente – e manutenção deste patamar ao longo de 2018 –, a recuperação da atividade econômica e a taxa de câmbio mais desvalorizada, pressionada pelo cenário de maior incerteza.

A recuperação mais forte do consumo tem esbarrado numa dinâmica de ajuste lento do mercado de trabalho e na recomposição ainda incipiente do crédito – tanto pelo lado da oferta, quanto pelo lado da demanda

Foto: Benoit Colin / WRI Brasil Ross Center

A gente paga metade

Ministro Conselheiro Thierry Dudermel, chefe do setor de cooperação da União Europeia no Brasil

CACB quer estimular empresários a apresentar projetos para receber recursos do AL-Invest 5.0

Com o edital de Processo Simplificado de Apoio a Ações Empresariais, lançado em março deste ano, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) espera promover o desenvolvimento, a competitividade e a produtividade das empresas que fazem parte dos núcleos setoriais do Empreender. São oferecidos recursos para participação de feiras e exposições nacionais e internacionais, organização de eventos, formação de novos núcleos de empresários, apoio para consultorias, capacitações e oficinas em diversas áreas, como inovação, responsabilidade social empresarial, gestão ambiental, entre outras. A União Europeia, por meio do programa AL-Invest e da CACB, pode pagar metade dos serviços contratados, ajudando a garantir a realização das ações previstas.

A iniciativa faz parte do AL-Invest 5.0, maior programa de cooperação internacional da União Europeia para o setor produtivo da América Latina, executado por um consórcio formado ainda pela Câmara de Comércio de Lima (Peru), a Câmara Nacional de Comércio e Serviços do Uruguai, a Associação Guatemalteca de Exportadores, a Câmara de Comércio da Costa Rica e a Câmara de Comércio e Indústria de El Salvador, e liderado pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz, na Bolívia (Cainco). Além disso, o consórcio conta com

o apoio de entidades parceiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Estados Unidos), a Câmara de Comércio de Paris (França), Eurochambres (Bélgica) e a Sequa (Alemanha).

O edital da representante brasileira do AL-Invest 5.0 está dividido em 31 pacotes, disponíveis no site www.empreender.org.br. Cada pacote contém uma ação, com a descrição geral da atividade, o público-alvo a ser atendido por ela, seu objetivo e sua meta, além das informações sobre exigências de comprovação de execução da atividade, prazos, orçamentos e despesas elegíveis. Um núcleo setorial pode concorrer, por meio de uma entidade empresarial vinculada à CACB, a quantos pacotes de atividades desejar. Para receber o financiamento, é preciso enviar uma proposta digitalizada para o endereço editalalinvest01@cacb.org.br.

Investir para (a América Latina) crescer

Confira a entrevista exclusiva com o Ministro Conselheiro Thierry Dudermel sobre como a União Europeia avalia o trabalho realizado no Brasil para o fortalecimento das micro e pequenas empresas. O chefe do setor de cooperação da União Europeia no país destaca que a parceria no AL-Invest 5.0 pode melhorar o ambiente de negócios na América Latina e que a CACB tem papel fundamental nesse processo.

Empresa Brasil (EB) - Qual é a importância da cooperação internacional nas atividades voltadas para o desenvolvimento dos empresários de micro e pequenos empreendimentos?

Thierry Dudermel - A cooperação internacional para o desenvolvimento socioeconômico é realizada por meio de programas temáticos e regionais financiados pela União Europeia. No âmbito do programa regional de cooperação da União Europeia com a América Latina, foram reservados cerca de R$ 775 milhões para o crescimento econômico inclusivo e sustentável, cujo foco é o desenvolvimento humano. Os objetivos são

No âmbito do programa regional de cooperação da União Europeia com a América Latina, foram reservados cerca de R$ 775 milhões para o crescimento econômico, cujo foco é o desenvolvimento humano

melhorar o quadro regulatório para os negócios, o comércio e os investimentos, promovendo a diversificação econômica e o uso sustentável dos recursos naturais. A União Europeia pretende também apoiar a integração regional e o acesso a mercados com um foco nas MPEs, além de aumentar a competitividade do setor privado e aumentar as oportunidades de emprego.

EB - Que exemplos recentes podemos citar de ações internacionais com o envolvimento da UE que tenham tido resultados efetivos para os empresários e a economia?

TD - O Programa AL-Invest apresentou resultados efetivos para os empresários e a economia na América Latina, tendo financiado diversos projetos para promover o desenvolvimento das MPEs nos últimos 20 anos. O programa encontra-se em sua quinta fase e, em suas quatro fases anteriores, beneficiou dezenas de milhares de MPEs e favoreceu contratos que geraram um valor equivalente a centenas de milhões de euros. O AL-Invest tem contribuído para o desenvolvimento econômico positivo na América Latina ao longo da última década, bem como para o aumento da internacionalização de empresas da região. Neste ano, por exemplo, o programa está incentivando em Santa Catarina o desenvolvimento de uma pesquisa para identificar as principais necessidades, oportunidades e fatores que limitam o desenvolvimento das MPEs no estado. As fases anteriores do Programa tinham como objetivo promover a internacionalização das MPEs, focando-se principalmente naquelas que tinham potencial para competir nos mercados internacionais.

O programa encontra-se em sua quinta fase e, em suas quatro fases anteriores, beneficiou dezenas de milhares de MPEs e favoreceu contratos que geraram um valor equivalente a centenas de milhões de euros

EB - Que outros projetos em andamento no país em parceria com a UE têm o objetivo de estimular o desenvolvimento dos pequenos negócios e como são organizadas essas iniciativas? Quais são as principais e quais as metas?

TD - A União Europeia apoia também atividades realizadas dentro do programa ELAN, cujos principais beneficiários são as MPEs europeias interessadas em entrar no mercado latino-americano. O objetivo do ELAN é aumentar e diversificar a presença econômica da União Europeia na América Latina.

EB - Como a União Europeia avalia a relação com a CACB na condução do programa AL-Invest 5.0 no Brasil?

TD - Para a Delegação da União Europeia no Brasil, a CACB é um parceiro estratégico para ajudar a atingir os objetivos do Programa AL-Invest 5.0, que é melhorar a produtividade das micro, pequenas e médias empresas na América Latina. A parceria com a CACB possibilita atingir a maior parte das associações comerciais do Brasil.

Foto: Divulgação

Encontro em Pinhalzinho (SC) reuniu representantes de 37 associações

AL-Invest 5.0 garante intercâmbio com outros países

Em Pinhalzinho/SC foi realizado, no mês de maio, com apoio do AL-Invest 5.0, o 1° Encontro Regional de Associações Comerciais (ACEs), o qual reuniu 37 Associações de três regiões – Extremo Oeste, Noroeste e Oeste – do estado, com o tema "Vencendo Fronteiras". O evento teve como objetivo mostrar o intercâmbio de experiências e boas práticas empresariais com Paraguai e Argentina. Além dessa fronteira geográfica, também foi abordada a fronteira existente entre os setores público e privado. Durante o Momento Empresarial Internacional, o Adido Comercial do Paraguai no Brasil, Sebastian Bogado, falou sobre oportunidades de investimentos existentes no país vizinho. Já Carlos Mielniczuk e Jorge Hein, representantes da Câmara de Indústria e Comércio de Oberá, falaram sobre as atividades, ações e oportunidades de investimento na Argentina.

Para a Delegação da União Europeia no Brasil, a CACB é um parceiro estratégico para ajudar a atingir os objetivos do Programa AL-Invest 5.0, que é melhorar a produtividade das micro, pequenas e médias empresas na América Latina

Juntas Comerciais irão facilitar **o ambiente de negócios**

A integração pela unificação digital garantirá a segurança jurídica

Fotos: Itamar Aguiar /Divulgação

Rafael Lousa

Preocupadas em se adequar à modernidade e ser uma ferramenta amistosa que otimize o ambiente de negócios, as Juntas Comerciais brasileiras entram em uma nova era. A partir do ano que vem estarão digitalizadas e integradas. As mudanças que estão sendo adotadas com a unificação do sistema irão garantir segurança jurídica, informa o presidente da Federação Nacional das Juntas Comerciais, cujo presidente, Rafael Lousa, tomou posse no último ENAJ (Encontro Nacional das Juntas Comerciais), edição 35, realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, no final do mês de maio.

Protagonista da Carta do Rio Grande do Sul, Rafael Lousa (que preside a Junta Comercial de Goiás) aponta vários pontos de mudança. "Vamos atuar unificados desde a entrada dos dados para registro de abertura, passando pelas alterações e até as extinções", explicou.

Um dos pontos importantes do 35º ENAJ, destacados no documento final do Encontro, é a formação de grupos de trabalho para debater assuntos referentes a padronizações e procedimentos que garantam segurança jurídica às decisões das Juntas Comerciais, a partir da digitalização e unificação do sistema.

A ideia principal das Juntas Comerciais é funcionar como facilitadoras de negócios. Elas pretendem ainda atuar como integradoras estaduais, com a

inclusão dos cartórios e da OAB no processo. O encontro das Juntas Comerciais, que reuniu 24 dos 27 presidentes de Juntas Comerciais do país, consolidou a ideia de que podem contribuir para um empreendedorismo responsável. "Queremos não só registrar, mas contribuir para manter as empresas vivas", enfatizou Lousa.

O anfitrião deste ENAJ foi o presidente da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, Paulo Kopschina, que comemora, neste ano, os 140 anos da Junta Comercial gaúcha. "Nossa responsabilidade é imensa diante da necessidade de conquistar a unificação através da informatização via Rede Sim, que vai desburocratizar a vida empresarial", destacou.

Paulo Kopschina

Entrevista com o presidente da Fenaju - Rafael Lousa

"Nosso desafio é estimular o empreendedorismo"

O presidente da Federação Nacional das Juntas Comerciais, Rafael Lousa, acredita que a força institucional das Juntas Comerciais pode impulsionar projetos e criar um ambiente adequado para focar experiências e iniciativas que otimizem os serviços realizados pelas entidades. As 27 Juntas Comerciais brasileiras se preparam para ingressar, definitivamente, na era digital.

"Vamos trabalhar unidos e integrados dentro de um único sistema – a Rede Sim. Este processo facilita e uniformiza o trabalho", enfatiza Lousa. Com a dinamização do registro mercantil eletrônico, o usuário terá novas garantias, uma delas, a da segurança jurídica.

O conceito da Rede Sim dará aos municípios a prerrogativa de dizer se é possível licenciar esta ou aquela atividade. A integração, lembra Lousa, "tem o desafio de estimular o empreendedorismo".

Hoje, a Rede Sim está integrando 60% do sistema nacional. O restante deverá estar em operação, no mais tardar, na estimativa da Fenaju, em 2019. Quando tudo estiver em operação, as Juntas Comerciais serão também parceiras para atuarem em uma grande rede mundial contra a corrupção.

Para tanto, foram criados grupos de trabalho interno das Juntas para buscar objetividade em relação às evidências de corrupção. "Estaremos integrados ao sistema via banco de dados do governo e atentos aos sinais evidentes. Já existem filtros estabelecidos", lembra o presidente da Fenaju.

Também na pauta, a defesa da simplificação das licenças ambientais para permitir a abertura de empresas. O projeto, que tramita há 10 anos na Câmara dos Deputados, propõe estabelecer um padrão nacional para as licenças. "Estamos contribuindo para este alinhamento", enfatiza Rafael Lousa.

Avanço na infraestrutura do país depende do setor privado

O atraso na infraestrutura que afeta o país tem consequências em várias áreas em que o custo logístico é estratégico. Uma pesquisa da Fundação Dom Cabral, de 2015, apontou que o custo logístico consumia cerca de 11,7% da receita das empresas em razão da grande dependência do modal rodoviário no transporte da produção, e pela má qualidade da infraestrutura, o que leva à perda de competitividade no mercado internacional. A outra consequência é que os consumidores brasileiros acabam pagando mais caro pelos produtos. Enquanto isso, nos Estados Unidos, principal concorrente do país no exterior, o custo logístico equivale a 8% da receita das empresas.

Para que o Brasil volte a crescer, é necessário que ocorram investimentos em infraestrutura, de maneira eficiente e ética, defende o economista Affonso Celso Pastore em seu livro recentemente lançado.

A obra analisa os principais erros cometidos até agora e os remédios para evitar repeti-los. Analisa, também, as reformas jurídicas que farão a diferença; como evoluíram os contratos de concessão no Brasil; os incentivos jurídicos para aumentar a participação privada nos contratos de concessão; e como aumentar a captação de capital privado.

Além de Pastore, o livro reúne, em nove capítulos, artigos de 13 economistas, advogados e juristas brasileiros.

O prefácio da obra foi escrito pelo juiz Sergio Moro, que traz uma análise sobre a corrupção no país e no mundo. Na avaliação de Moro, o Brasil tem duas escolhas cruciais para fazer daqui pra frente. Ou segue o caminho do fortalecimento institucional do Estado democrático de direito, como os Estados Unidos, ou se submete a interesses de grupos que agem contra a lei. O livro traz ainda um capítulo só sobre corrupção, escrito pela economista Maria Cristina Pinotti. Para debater o assunto, a autora vai além dos aspectos éticos e morais das práticas ilegais e avalia os efeitos no campo econômico.

Para que o Brasil volte a crescer, é necessário que ocorram investimentos em infraestrutura, de maneira eficiente e ética

INFRAESTRUTURA - EFICIÊNCIA E ÉTICA
Autor: Affonso Celso Pastore
Páginas: 336
Formato: 16cm x 23cm
Editora: Elsevier
Preço: R$ 79,90

Parece sonho, mas não é

Walter Lídio Nunes*

Foto: Divulgação

A automação inteligente e a tendência evolutiva das tecnologias começam a mostrar que as relações humanas e de negócios precisam ser repensadas. A humanidade se transformará nos próximos anos. Até 2050, 80% de todas as tarefas que realizamos serão automatizadas, graças ao emprego da inteligência artificial e de pequenos robôs com capacidade de aprendizado ampliada em 50 vezes nos últimos três anos, capazes de realizar atividades físicas e também intelectuais. Tais tecnologias, aliás, já vêm sendo utilizadas nos serviços de relacionamento com cliente, no marketing, na logística, e em diversas outras áreas.

A revolução inovativa tem sido tão grande que, em breve, criará tecnologias disruptivas em todas as indústrias, como ocorreu com a internet. Em 2012, a nova era da inteligência artificial surgiu com o deep learning que, por processamento neural, institui o "aprendizado das máquinas" automatizando o desenvolvimento de modelos analíticos de autoaprendizado dos computadores centenas de vezes mais rápidos.

As máquinas têm algumas qualidades com as quais é humanamente impossível concorrer, como rapidez, inteligência e confiabilidade (trabalhando 24 horas/dia e 365 dias/ano). A automatização tonou-se mais barata, até, que a mão de obra chinesa, o que possibilitará que empresas de várias partes do mundo voltem a produzir competitivamente em seus países, trazendo uma reconfiguração nas economias que deverá impulsionar ainda mais a automação. Uma empresa, para sobreviver, só terá uma opção: seguir este caminho.

Nesse processo de transformação acelerada, a estrutura organizacional das empresas começa a mudar. Estudos mostram que a tecnologia atualmente disponível pode realizar até 45% das tarefas de um trabalho e que mais de 60% de todas as atividades poderão ser automatizadas em escala crescente. Uma reconfiguração funcional e o conceito do fim do emprego levarão à busca de novas referências para o trabalho, demandando novas alternativas econômicas pelo simples fato de que não haverá emprego para todos. E então, a formação de um perfil intelectual baseado no conhecimento será ainda mais importante para sobrevivência profissional. Esta nova realidade social econômica está se formando com enorme velocidade e afetará de maneira crescente a vida das pessoas que terão que buscar outras carreiras, pois muitas delas vão desaparecer ou ser reconfiguradas. Importante é questionar o quanto estamos nos preparando para esta nova realidade da sociedade de conhecimento que demandará uma nova abordagem de capacitação para profissionalizar e socializar e que já bate à nossa porta.

**Engenheiro e Vice-presidente da Associação Gaúcha de Empresas Florestais*

CERTIFICADO DE ORIGEM CACB

Caminho livre para a sua exportação

Certificado de Origem é um documento a ser providenciado pelo exportador junto às entidades filiadas à CACB, que comprova a origem da mercadoria a ser exportada e permite isenção ou redução do imposto de importação.

O sistema de emissão de Certificados de Origem da CACB proporciona uma forma rápida, prática e segura para a emissão de Certificados de Origem. A CACB tem como objetivo facilitar o dia-a-dia das empresas exportadoras brasileiras, oferecendo uma plataforma na qual os Certificados de Origem são emitidos via sistema online, garantindo agilidade, segurança e redução de custos operacionais.

AGILIDADE

SEGURANÇA

www.cacb.org.br/**certificadodeorigem**

Contato via e-mail: **eco@cacb.org.br**

CACB PROGERECS